



Comissão vai debater projeto que regulamenta aposentadoria especial



Geovania de Sá é a autora do requerimento para a realização da audiência

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados vai realizar audiência pública na quarta-feira (25) para debater proposta que trata da concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social.

A reunião, que está marcada para as 16 horas no plenário 12.

O requerimento para a realização da audiência foi apresentado pela deputada Geovania de Sá (PSDB-SC). Ela é a relatora, na comissão, do Projeto de Lei Complementar 42/23, do deputado Alberto Fraga (PL-DF), que estabelece critérios diferenciados para a aposentadoria de pessoas que exercem atividades sob exposição de agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde.

“A aposentadoria especial é um tema de grande relevância para a sociedade, pois o segurado que tem direito ao referido benefício se expõe a riscos prejudiciais à sua saúde durante longos anos da vida laborativa”, justificou a deputada.

“O tema em regulamentação deve ter um debate mais aprofundado, permitindo assim maior conhecimento e segurança na construção de tão relevante norma”, acrescentou.

Da Redação - RB

Fonte: Agência Câmara de Notícias

ASSEMBLEIAS FORAM CONCLUÍDAS SÁBADO, EM FREDERICO WESTPHALEN



Presidente Dias quer definir logo a nova convenção coletiva com o reajuste salarial e outros itens

A assembleia realizada sábado pela manhã, dia 21, em Frederico Westphalen, com as presenças do presidente do sindicato, Loreni Dias, e do diretor José Airton de Souza Trindade, encerrou a primeira rodada de assembleias convocadas para discutir e aprovar as propostas da pauta de reivindicações da nova convenção coletiva de trabalho, que será negociada com o sindicato patronal (Sindesp).

Elas aconteceram também, durante a semana, em Porto Alegre, Camaquã, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, Horizontina e Santo Augusto.

“Mesmo chovendo muito nestes dias, esperávamos uma presença maior de vigilantes, mas esperamos uma participação maior nas próximas assembleias pois estamos prevendo uma negociação difícil pela frente, como tem sido quase todos os anos, e precisamos do apoio da categoria”, disse o presidente, Loreni Dias.

Propostas

Entre diversas propostas aprovadas pelas assembleias, estão as seguintes:

- Reajuste dos salários com 3% de aumento real, mais o acumulado do INPC (inflação anual);
- Aumentar o vale-alimentação para R\$ 28,00 e incluir este direito aos trabalhadores com jornada acima de cinco horas diárias. Retirar a participação de 20% do trabalhador no custeio do vale;
- Assegurar a garantia provisória de emprego ao aposentando que tiver no mínimo 25 anos de tempo de contribuição ou que tiver protocolado junto ao INSS o pedido de conversão do tempo de serviço com base no tema 1209 do STF;
- Retirar da CCT a cláusula que permite a redução para 30 minutos do tempo de intervalo intrajornada;
- Retirar da convenção cláusulas que permitam acordo mútuo ou adequar para deixar claro que esta hipótese só se torna viável quando partir do empregado a iniciativa de pedir acordo mútuo;
- Assegurar que, se as empresas vierem a exigir dos trabalhadores o ponto eletrônico, devem oferecer, sem ônus ao trabalhador, todos os meios tecnológicos e equipamentos necessários ao registro dos horários.
- Também foi aprovada pelas assembleias a contribuição pela categoria da cota de solidariedade sindical.

A pauta de reivindicações com todas as propostas será encaminhada logo ao Sindesp, com pedido de agendamento da primeira reunião de negociação o mais breve possível.

Os vigilantes têm a sua data-base em primeiro de fevereiro: “Se a patronal não complicar, queremos definir logo a nova convenção coletiva e o reajuste da categoria para estar tudo resolvido na data-base”, disse o presidente Dias.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

SINDIVIGILANTES REALIZA A PRIMEIRA RODADA DE ASSEMBLEIAS DA CAMPANHA SALARIAL DE 2024



Nos dias 16, 17, 18 e 19 de outubro de 2023 o Sindivigilantes realizou a primeira rodada de assembleias da Campanha Salarial de 2024, ocorridas nas cidades de Colatina, São Mateus, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim.

A convocação foi publicada no diário oficial do jornal A Gazeta no dia 02 de outubro de 2023 e amplamente divulgada em nossos murais e nas mídias sociais. Houve um aumento considerável de participantes em relação aos anos anteriores.

O principal objetivo dessa primeira rodada de assembleia é ter a autorização da categoria para o sindicato se manter em estado permanente até que haja consenso nas negociações entre patronal e laboral.

O presidente Edimar Campos de forma bem dinâmica explicou passo a passo de como funciona esse processo, falou do que

almejam e explicou sobre alguns pedidos de pauta que alguns acreditam ser bom, porém tem consequências desastrosas para categoria. Sempre citando vários exemplos para dar ênfase em suas falas.

O Presidente Edimar Campos disse estar orgulhoso com trabalho que a equipe do Sindivigilantes está realizando junto a categoria e feliz com o nível de aceitação que temos alcançado. Que Deus nos ilumine, para que continuemos nesse caminho de trabalho, justiça e transparência para com nossa categoria. Parabéns a todos.

Edimar de Oliveira Campos
Presidente Sindivigilantes

FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTES ES

 **CONVOCATÓRIA** 

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDVIGILANTES-PI CONVOCA A TODOS OS VIGILANTES ASSOCIADOS E MEMBROS DAS CATEGORIAS DE TRABALHADORES EMPREGADOS DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA DO ESTADO DO PIAUÍ PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

NESTA TERÇA-FEIRA DIA 24 DE OUTUBRO DE 2023 NA SEDE DO SINDICATO DOS VIGILANTES

HORÁRIOS:

- ✓ ÀS 18:30H EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO COM 50% + 1 DOS SÓCIOS OU
- ✓ ÀS 19:00H EM SEGUNDA E ÚLTIMA CONVOCAÇÃO COM QUALQUER NÚMERO PRESENTE PARA DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA SEGUINTE "ORDEM DO DIA":

1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DE REIVINDICAÇÕES, QUE SERÁ NEGOCIADA ENTRE OS SINDICATOS LABORAL E PATRONAL, QUE OBJETIVA A RENOVAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024;
2. ESCOLHA DA COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO;
3. FICA CONVOCADADA ASSEMBLEIA GERAL, EM CARÁTER PERMANENTE, ATÉ A CELEBRAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, OU AJUIZAR DISSÍDIO COLETIVO, BEM COMO DELIBERAÇÃO DE GREVE, CASO SEJA NECESSÁRIA;
4. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DA CATEGORIA.

ANDRÉ DE SOUSA LIMA
PRESIDENTE DO SINDVIGILANTES-PI.



Outubro Rosa
mês de combate ao câncer de mama

Se toque!

Prevenir
é a
melhor
forma de
lutar

 Confederação Nacional dos Vigilantes

O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas protocolou, nesta segunda-feira (23), no Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT-AL), a minuta da Convenção Coletiva 2024



O documento contempla tanto os vigilantes patrimoniais quanto os vigilantes do Transporte de Valores.

Segundo o presidente do sindicato, José Cícero Ferreira, a minuta da Convenção Coletiva é o ponto de partida para o início das negociações salariais. Ele ressaltou ainda que hoje a Convenção Coletiva dos vigilantes de Alagoas é unificada e foi construída em conjunto com os trabalhadores de Sergipe, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Campina Grande.

“Nós queremos mostrar aos patrões que estamos preparados para negociar e estamos inclusive antecipando as negociações salariais para que possamos, juntos,

defender os direitos dos trabalhadores”, afirmou Ferreira.

O presidente também chamou a atenção para a importância de os trabalhadores estarem unidos na luta por melhores salários. “Quando o sindicato convocar para assembleia, onde vamos discutir a proposta patronal, vocês venham para o sindicato. Só unidos conseguiremos um bom acordo coletivo para a classe trabalhadora. Quem não luta pelos seus direitos não é digno deles!”, disse Ferreira.

Fonte: SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS

Agências do INSS vão receber Atestmed a partir de segunda-feira

Medida foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União desta sexta-feira. Confira como será o atendimento



Apartir da próxima segunda-feira (23) os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que precisam dar entrada no requerimento de benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) poderão se dirigir às Agências da Previdência Social para entregar o atestado médico sem agendamento. A medida está prevista na portaria Dirben/INSS 1.173 de 20 de outubro publicada em edição extra do Diário Oficial da União. O atendimento será realizado mediante a entrega da senha do serviço “Protocolo de Requerimento”. Essa é mais uma medida que visa reduzir a fila de requerimentos que esperam por perícia médica.

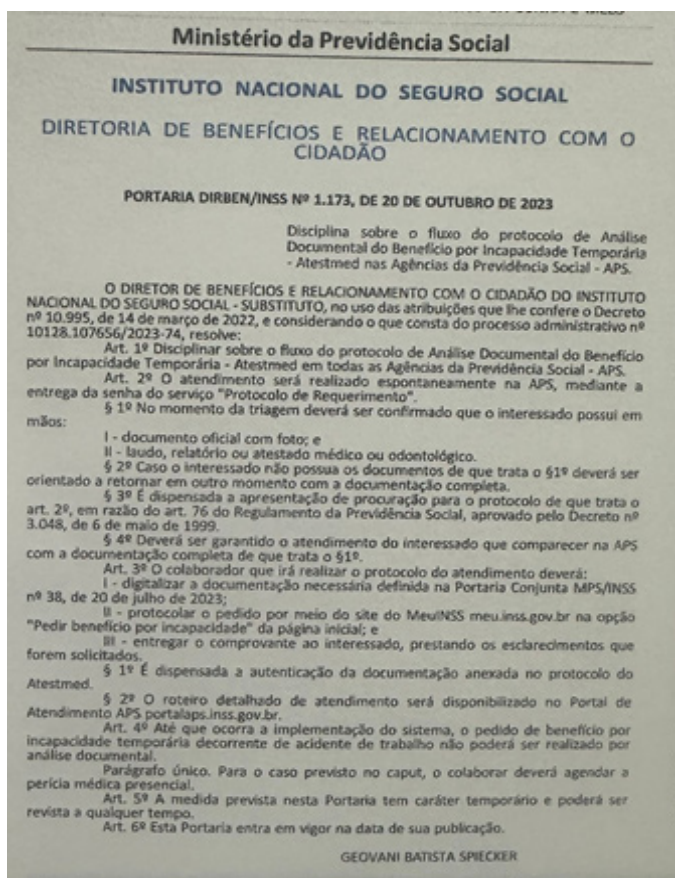
A exceção do atendimento por Atestmed é para o auxílio-doença acidentário, aquele em decorrência em acidente de trabalho. Neste caso, os servidores estão orientados a agendar perícia médica presencial. “Até que ocorra a implementação do sistema, o pedido de benefício por incapacidade

temporária decorrente de acidente de trabalho não poderá ser realizado por análise documental”, pontua a portaria, que tem caráter temporário e poderá ser revista a qualquer tempo.

Os segurados que queiram entregar sua documentação sem precisar sair de casa podem anexar o Atestmed pelo aplicativo ou site Meu INSS, que agora está simplificado e não exige mais login e senha para acessar o serviço.

“Estamos tomando medidas estruturantes e pontuais para reduzir a fila de requerimentos que esperam análise. Nossas ações não estão voltadas somente para perícia médica, que representam o maior quantitativo de pedidos, mas também para análises administrativas. Estamos realizando ainda mutirões de atendimento para concessão de Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoa com deficiência em todo país”, explica Alessandro Stefanutto, presidente do INSS, que complementa: “É compromisso do ministro (da Previdência) Carlos Lupi reduzir a fila do INSS e humanizar o atendimento nas agências, e nossa gestão está voltada para isso”.

“Todos os benefícios por incapacidade temporária que necessitam de perícia inicial estão contemplados na medida, inclusive os segurados que estão com atestado e ainda não deram entrada no requerimento poderão fazê-lo nas agências da Previdência ou pelo Meu INSS”, explicou Adroaldo Portal, secretário do Regime Geral de Previdência Social.



Requisitos para o Atestmed

Antes de ir à agência do INSS o segurado deve observar que o documento médico a ser apresentado deve ter sido emitido há menos de 90 dias da Data de Entrada do Requerimento (DER), estar legível e sem rasuras, além de ter as seguintes informações:

- Nome completo do requerente
- Data de início do repouso e prazo estimado necessário, mesmo que por tempo indeterminado
- Assinatura do profissional emitente e carimbo de identificação, com registro do Conselho de Classe (Conselho Regional de Medicina - CRM, Conselho Regional de Odontologia - CRO ou Registro do Ministério da Saúde - RMS), que poderão ser eletrônicos ou digitais, desde que respeitados os parâmetros estabelecidos pela legislação vigente
- Informações sobre a doença ou Classificação Internacional de Doenças (CID)

O que apresentar no atendimento

- Documento oficial com foto
- Laudo, relatório ou atestado médico ou odontológico (com as especificações acima)
- Observações
- Caso o interessado não possua os documentos exigidos será orientado a retornar em outro momento com a documentação completa

• É dispensada a apresentação de procuração para o protocolo. A dispensa está prevista no artigo 76 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999

• A portaria dispensa de autenticação a documentação anexada no protocolo do Atestmed

Como será o procedimento

O servidor ou colaborador que irá realizar o protocolo do atendimento deverá:

• Digitalizar a documentação necessária definida na Portaria Conjunta MPS/INSS nº 38, de 20 de julho de 2023

• Protocolar o pedido por meio do site do Meu INSS (meu.inss.gov.br) na opção “Pedir benefício por incapacidade” da página inicial; e Entregar o comprovante ao interessado, prestando os esclarecimentos que forem solicitados

Requisitos para o auxílio-doença

• Assim como os segurados que passam por perícia médica presencial, os que optam pelo Atestmed também têm que cumprir requisitos para ter direito ao benefício por incapacidade temporária, o antigo auxílio-doença

• São eles: ter um mínimo de 12 contribuições previdenciárias realizadas antes do mês em que ocorrer o afastamento, ter qualidade de segurado e atestado médico que comprove a necessidade de afastamento do trabalho por mais de 15 dias

• No caso de doenças graves ou acidentes não é exigida carência, mas é preciso que o trabalhador tenha qualidade de segurado

• São considerados segurados do INSS aqueles na condição de empregado, trabalhador avulso, empregado doméstico, contribuinte individual, segurado especial e facultativo

Confira nossas redes:

Instagram: https://www.instagram.com/inss_oficial_gov/

Twitter: https://twitter.com/INSS_oficial

Facebook: <https://www.facebook.com/inss.gov>

YouTube: <https://www.youtube.com/@INSSoficial>

Martha Imenes/Ascom INSS

Lula diz que pensa em recriar o Ministério da Segurança Pública

Atualmente a pasta está integrada ao Ministério da Justiça, sob o comando de Flávio Dino



(Foto: Ricardo Stuckert)

Na edição do Conversa com o Presidente desta terça-feira (24), o presidente Lula (PT) confirmou que avalia desmembrar a pasta comandada pelo ministro Flávio Dino (PSB), separando o Ministério da Justiça do Ministério da Segurança Pública. A declaração veio após a cidade do Rio de Janeiro testemunhar nesta segunda-feira (23) um dia de caos, com criminosos incendiando 35 ônibus em resposta à morte de um miliciano pela polícia.

“Quando eu fiz a campanha, eu ia criar o Ministério da Segurança Pública. Ainda estou pensando em criar, estou pensando em quais são as condições que você vai criar, como é que vai interagir com a questão da segurança do estado, porque o problema da segurança é estadual. O que nós queremos é compartilhar com os estados as soluções para os problemas que são maiores ou menores, dependendo do estado”, disse o presidente.

Lula também enfatizou que o governo federal fornecerá todo apoio ao governo do Rio no combate ao crime organizado.

“O problema da violência no Rio de Janeiro termina sendo o problema do Brasil.

O problema da enchente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná termina sendo um problema do Brasil. O problema da queimada na Amazônia, da seca no Pará, no Acre, no Amapá, em Roraima, termina sendo também um problema do Brasil, porque o governo brasileiro tem que assumir a responsabilidade de ajudar todo mundo.

Eu já conversei com o governador Cláudio Castro, do Rio de Janeiro, conversei com o Flávio Dino, hoje vou conversar com o ministro da Defesa na perspectiva de fazer com que a Aeronáutica possa fazer uma intervenção maior nos aeroportos do Rio de Janeiro, que a Marinha possa ter uma intervenção maior nos portos do Rio de Janeiro para ver se a gente consegue combater mais o crime organizado, o narcotráfico, o tráfico de armas. Nós vamos ter que agir um pouco mais”.

FONTE: 247

De psicólogo a vigia: como estão as promessas nas escolas após ataques

Tarcísio prometeu, em abril, pacote de ações para prevenir ataques a escolas, mas elas não saíram do papel ou se mostraram insuficientes



Marcelo S. Camargo / Governo do Estado de SP

A Duas semanas após um atentado a faca que matou uma professora de 71 anos dentro de uma escola estadual na zona oeste da capital paulista, em abril deste ano, o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou um pacote de medidas para melhorar o acolhimento a alunos e funcionários e a segurança no ambiente escolar, com o objetivo de evitar uma nova tragédia.

Quase sete meses depois, nenhuma das ações anunciadas foram 100% implementadas ou se mostraram suficientes e as cenas de horror e morte voltaram a se repetir com o ataque dessa segunda-feira (23/10), na Escola Estadual Sapopemba, zona leste de São Paulo. Com um revólver calibre 38, um estudante de 16 anos abriu fogo dentro da unidade, matando uma aluna de 17 anos com um tiro na nuca e

ferindo outras duas de 15 anos.

Em abril, após o atentado na Escola Estadual Thomázia Montoro, na Vila Sônia, zona oeste, Tarcísio e os secretários Guilherme Derrite (Segurança Pública) e Renato Feder (Educação) anunciaram, em visita ao colégio atacado, três linhas de ação para evitar que um novo ataque ocorresse nas unidades da rede de ensino paulista.

A primeira delas foi a contratação de psicólogos para o atendimento a alunos mais vulneráveis e vítimas bullying. A segunda foi a contratação de seguranças privados desarmados que passariam a atuar como vigias dentro das escolas. E a terceira, um aplicativo que faria às vezes de “botão de pânico”, para ser acionado por professores e funcionários das escolas em casos suspeitos ou de ataques em curso.

Nessa segunda-feira, em visita à escola de Sapopemba horas após o ataque, Tarcísio admitiu que as ações ainda não saíram do papel ou são insuficientes para enfrentar o problema. “Provavelmente, falhamos em alguma coisa”, declarou o governador.

Abaixo, o Metrôpoles detalha como está cada uma das ações prometidas pelo governo:

Seguranças desarmados

Tarcísio afirmou nessa segunda-feira que iniciou o processo de contratação das empresas que iriam fornecer os seguranças desarmados que atuarão como vigias dentro das escolas. O estado foi dividido em 16 lotes no processo de contratação, para atender todas as regiões.

“Em 13 (lotes), já chegaram ao final e tiveram contratos assinados. Três tiveram problema na licitação e vão ser repetidas. E nós vamos manter essa linha de contratar vigilância privada para escolas”, disse o governador.

A contratação prometida em abril só teve o edital de licitação publicado em 23 de agosto. O processo de contratação foi concluído no último dia 3/10, com a seleção das 13 empresas que foram homologadas no último dia 9/10.

Após o novo atentado, o governo correu para agilizar o início de trabalho dos vigilantes — a promessa agora é que 700 vigias comecem a trabalhar ainda nesta semana, segundo nota do governo enviada ao Metrôpoles.

Apoio de psicólogos

No caso dos psicólogos, o governo já havia cumprido a promessa de contratar 550 profissionais, segundo o secretário da Educação, Renato Feder. O número foi considerado baixo por especialistas. Como a rede estadual de ensino tem cerca de 5 mil escolas, cada profissional fica responsável por atender dez unidades, em esquema de rodízio.

Agora, após o novo ataque na zona leste, o governo já considera o número como insuficiente e prometeu ampliar, sem divulgar a quantidade de profissionais necessária.

A Escola Estadual Sapopemba, por exemplo, que fica em uma das regiões de periferia mais adensadas da cidade, contava com apenas um

psicólogo, no esquema de rodízio, para um universo de 1.800 alunos.

O governo informou que essa profissional, que atende ainda outras nove escolas, havia feito, de agosto — quando o trabalho começou — até agora, 15 atendimentos. Desta forma, menos de 1% dos alunos da unidade teve acesso ao especialista.

“Em um primeiro momento, a gente vai aproveitar o contrato que a gente já tem e aditivar (aumentar a quantidade), que é o caminho mais rápido”, disse Tarcísio. “Então, a gente traz mais psicólogos para dentro para dar mais assistência”, completou. O governador não disse quantos profissionais a mais pretende contratar e evitou se comprometer com prazos. “Isso é rápido”.

Botão do pânico

Por fim, o governo havia anunciado a criação de um “botão do pânico” no aplicativo da polícia, para que fosse usado por professores e funcionários das escolas em casos de ameaças ou de atentados em curso. Porém, segundo a polícia, o atentado desta segunda foi relatado pelo serviço 190, número convencional da Polícia Militar, que atende todas as ocorrências.

Tarcísio afirmou que o aplicativo passará por aprimoramento, para conectá-lo ao aplicativo utilizado pela Educação. “A gente já tem um botão que foi criado com a Secretaria da Segurança Pública, a gente vai tentar criar a mesma facilidade no aplicativo da educação para ver se a gente conecta dos dois dispositivos”, disse.

Fonte: METROPOLES - Bruno Ribeiro

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF